

**RESOLUÇÃO Nº 19/2016**  
(Publicada no Diário Oficial de 21/07/2016)

**Concede os benefícios do Crédito Presumido e do Diferimento do ICMS à ALÇATEC PRODUTOS SINTÉTICOS LTDA.**

**O CONSELHO DELIBERATIVO DO PROBAHIA**, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei nº 7.025, de 24 de janeiro de 1997, regulamentada pelo Decreto nº 6.734, de 09 de setembro de 1997 e alterações e considerando o que consta do processo SDE nº 1100150013931,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Conceder à ALÇATEC PRODUTOS SINTÉTICOS LTDA., CNPJ nº 05.236.060/0001-21 e IE nº 069.541.388NO, instalada no município de Terra Nova, neste Estado, nos termos do Decreto nº 6.734/97, os seguintes benefícios:

**I** - Crédito Presumido - fixa em 81% (oitenta e um por cento) do imposto incidente o percentual de Crédito Presumido a ser utilizado pela empresa nas operações de saídas de fios de rafia de polipropileno e/ou polietileno; fios de multifilamento de polipropileno e/ou polietileno; fios de multifilamento de polipropileno e/ou polietileno; barbante de fios de rafia de polipropileno e/ou polietileno; chicote de fios de barbante; barbante de fios de rafia de polipropileno e/ou polietileno; tecido de fios de rafia de polipropileno e/ou polietileno; sacaria de tecido de fios de rafia a base de polipropileno e/ou polietileno; big bag de tecido de rafia a base de polipropileno e/ou polietileno; cordas de fios de rafia e/ou multifilamento a base de polipropileno e/ou polietileno; slings da alça a base de polipropileno e/ou polietileno; alças, cadarços, fitas em tear compostas de fios de rafia e/ou fios de multifilamento a base de polipropileno e/ou polietileno, compostos de PP/PE e filmes, pelo prazo de 15 (quinze) anos, contado a partir de 1º de julho de 2016.

**II** - Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS, nas seguintes hipóteses:

**a)** pelo recebimento do exterior ou, relativamente ao diferencial de alíquotas, pelas aquisições em outra unidade da Federação, de máquinas, equipamentos, ferramental, moldes, modelos, instrumentos e aparelhos industriais e de controle de qualidade, e seus sobressalentes, para o momento em que ocorrer sua desincorporação do ativo imobilizado e;

**b)** nas importações e nas operações internas com insumos, embalagens e componentes, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos deles decorrentes.

**Art. 2º** Por se tratar de projeto de ampliação, para determinação do percentual de crédito presumido a ser concedido, aplicou-se o percentual de 90% (noventa por cento) sobre o percentual de crédito presumido definido na Resolução nº 24/2006, retificada e ratificada pelas Resoluções nºs 28/2006, 09/2007, 14/2008 e 21/2011, do Conselho Deliberativo do PROBAHIA.

**Art. 3º** Fica vedada a utilização de demais créditos decorrentes de aquisição de mercadorias ou utilização de serviços por parte de empresa.

**Art. 4º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

**Sala de Sessões**, 12 de julho de 2016.

**JORGE FONTES HEREDA**  
Presidente